



## A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS

BOTTINI, Andressa Gabriela.<sup>1</sup>  
RUSCHEL, Andressa Carolina.<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo insere-se na temática que remete à preservação, recuperação e restauração dos Parques Urbanos. As áreas verdes são consideradas um índice na avaliação da qualidade ambiental urbana e também obrigatórias por lei. Quando estas áreas não se fazem presentes ou não são efetivadas no ambiente urbano intervêm na qualidade do mesmo, assim como a ausência desses espaços adequados para o lazer afeta a qualidade de vida da população. A hipótese é que o planejamento urbano correto e a conservação de parques públicos se revelam como significativa estratégia para uma política efetiva do projeto urbano e da saúde pública. O objetivo geral deste artigo é abordar os serviços que os parques urbanos prestam à população, como objetivos específicos: relatar o surgimento dos Parques Urbanos no Brasil; identificar os fatores e a importância dos parques ambientais no ambiente urbano. Através do levantamento bibliográfico, foi considerado que as áreas de preservação juntamente com os parques urbanos são elementos fundamentais que constituem o ambiente urbano que proporcionando um ecossistema ecologicamente equilibrado e uma melhor qualidade de vida para população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Áreas Verdes, Parques Urbanos, Urbanização, Qualidade de Vida.

---

<sup>1</sup>Aluna do décimo período do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: andressabottini@hotmail.com

<sup>2</sup>Arquiteta e Urbanista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Professora do Centro Universitário FAG e orientadora da presente pesquisa. E-mail: ac.ruschel@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

Os parques urbanos são considerados áreas verdes que podem fornecer qualidade de vida para a população, através do contato com a natureza e com qualidade ambiental, que são determinantes para a realização de atividade física e o lazer, quando convenientes e atrativas.

O dever de se pensar na inclusão das questões urbanas e ambientais, questão antes tratada isoladamente, movimenta a buscar meios e estratégias que possam solucionar esse problema inerente às sociedades urbanas contemporâneas. Junto a esses meios de estratégias, inclui-se o parque urbano.

Anteriormente, os quesitos ligados ao ambiente urbano ainda não se apresentavam traçados com uma precisão e não integrava a relação entre crescimento urbano, preservação ambiental e qualidade de vida. As áreas verdes urbanas tinham suas finalidades mais focadas para a estética e o lazer. Mas foi partir da década de 1980, quando a questão ambiental foi institucionalizada no aparelho estatal brasileiro, manifesta-se, então, o dever de considerar o espaço urbano como um espaço em constante evolução, enleados aos problemas ambientais e à qualidade de vida dos habitantes.

Os parques urbanos fornecem atividades que proporcionam diferentes benefícios psicológicos, sociais e físicos a saúde dos indivíduos, como por exemplo, a redução do sedentarismo e amenizar o estresse do cotidiano urbano. Assim, o problema de pesquisa se dá pelo questionamento: o planejamento urbano correto e a conservação de parques públicos se revelam como significativa estratégia para uma política efetiva do projeto urbano e da saúde pública?

O objetivo geral deste artigo é abordar, com a perspectiva socioambiental, os serviços que os parques urbanos prestam à população. Como objetivos específicos, por meio de uma revisão não sistemática: (I) relatar o surgimento dos Parque Urbanos no Brasil; (II) identificar os fatores e a importância dos parques ambientais no ambiente urbano.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O procedimento de urbanização das cidades promove de certa forma, reflexos negativos na qualidade de vida dos moradores, fazendo com que as áreas verdes urbanas, tornem-se importantes na busca por melhorias da qualidade de vida da população. Apresentando como desígnio o equilíbrio entre os processos de urbanização e a preservação do ambiente, e com isto pode-se entender que, o parque urbano surge com aspectos culturais, estéticos e sociais que devem ser classificados em diferentes tempos, funções e usos (LOBODA; ANGELIS, 2002).

Lucci (1997) expõe que no decorrer da história, o homem, atuou nos sistemas naturais, sendo assim, os modificou de acordo com suas necessidades, decompondo o equilíbrio entre os seres vivos e ambiente físico, ao mesmo tempo em que construía o espaço geográfico. Essas constantes intervenções dos seres humanos no meio ambiente natural originam alterações nos diferentes componentes que o formam, afetando a funcionalidade do sistema, e levando a graves problemas ao ambiente natural e a própria sociedade, em longo prazo.

O autor Lima (1994) conceituou parque urbano como área verde, que possui múltiplas finalidades sejam elas ecológica, estética e de lazer, porém com uma ampliação maior que os jardins públicos e as praças. Entre os inúmeros benefícios que as áreas verdes podem apresentar, pode-se destacar-se a manutenção ou recuperação das condições microclimáticas confortáveis à população urbana e reduzir as condições atmosféricas críticas como a poluição do ar, ação acústica e visual.

O parque urbano surgiu sob a concepção de atribuir as cidades, espaços propícios para atender a nova diligência social: o lazer e o tempo do ócio, contrapondo-se ao ambiente urbano de vida agitada. A concepção dos espaços verdes designava-se especialmente à promover qualidade de vida urbana no bem-estar das população. Sob essa percepção, eis que surgem os parques urbanos no Brasil e que os alicerçaram até o final dos anos 90 (SILVA, 2003).

Nesta mesma linha de raciocínio, as áreas verdes também apresentam benefícios sociais e econômicos, como: satisfação e usuários de logradouros em áreas verdes, desenvolvimento de senso conservacionista, atrativos ao turismo, manutenção de espécies de fauna e flora, recuperação e manutenção dos recursos hídricos, entre outros (TRINDADE, 1995; BENAKOUCHE, 1994; JIN, 1987).



Como essencial para a vida humana, o meio ambiente interatua em conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais, possibilitando um desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas (SILVA, 2003).

Como esclarece Diegues (2004), a sociedade por meio de atos conscientes de preservação deve compreender que a terra não pertence ao homem, mas sim, este pertence à terra.

Desta forma, fundamentados em uma didática ambiental consistente, os membros da sociedade devem compreender que o Direito do amanhã deve ser ético e legalmente protegido sendo um direito primordial para as próximas gerações. Assim sendo, os Direitos Humanos começam a se aliar com a ecologia (WARAT, 2000).

Sobre o direito ambiental o autor Canotilho (1998) afirma que:

É um direito consagrado como um direito de todos e não de indivíduos, onde os princípios ambientais buscam efetivar as condutas de preservação para a presente e futura geração, com ações concretas que visam minimizar os impactos atuais ao meio ambiente, bem como, os atos futuros lesivos a este (CANOTILHO, 1998, p.35).

As áreas verdes, estabelecem a recuperação ou manutenção de condições microclimática e atmosféricas críticas (poluição do ar). A ação acústica e visual, com benefícios sociais e econômicos, como: satisfação dos usuários em áreas verdes, turismo, recuperação e manutenção dos recursos hídricos; manutenção de espécies de fauna e flora, entre outros (TRINDADE, 1995; BENAKOUCHE, 1994; JIN, 1987).

Segundo Franco (1997):

As Áreas de Proteção Ambiental – APAS são unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais. (FRANCO, 1997, p.108)

As APAS foram criadas com o objetivo principal de conservar a diversidade de ambientes, de espécies e de processos naturais, o que requer a ordenação e disciplina de atividades que estejam de acordo com os potenciais e limitações do meio físico-ambiental dessas áreas. (FRANCO, 1997, p.110)

## 2.1 INÍCIO DOS PARQUES URBANOS NO BRASIL

No Brasil a urbanização inicia-se nos três primeiros séculos no período de colonização, a partir do século XVI. As capitais brasileiras que destacavam na época, eram, o Rio de Janeiro, Salvador, as cidades mineiras do Ciclo do Ouro – Ouro Preto, Mariana e Parati que apresentavam aglomerações limitadas e não existia uma apreensão com a presença da natureza no espaço urbano central. Neste período a existência da vegetação estava presa a pátios e quintas ascendência de



cultivo de árvores frutíferas, floreas, ervas de cheiro e plantas medicinais, geralmente voltadas as atividades culinárias e apontado como lugares de serviços e com a presença de escravos (MARX, 1980).

De acordo com Macedo (1999) nesse tempo a vegetação se encontrava sempre ausente do espaço urbano central, os cruzeiros e chafarizes são praticamente os únicos elementos se ressaltam no espaço público. No século XVII, somente Recife apresentava uma urbanização organizada, sendo o primeiro núcleo urbano a compadecer de arborização de rua no continente americano e teve o primeiro parque público desenvolvido no Brasil, o do Palácio de Friburgo.

Segundo Macedo (1999):

Somente no final do século XVIII, com a abertura das minas de ouro, nas vizinhanças do Rio de Janeiro, e sua elevação à capital do Vice-Reinado (1720), é que finalmente se criam condições para o surgimento de uma população urbana um pouco mais estável nessa cidade (MACEDO, 1999, p. 10).

Em 1822 iniciou-se o período Imperial e a cidade do Rio de Janeiro passou a ser a capital Federal. Desta maneira os recursos confluíram para a cidade facilitando o seu desenvolvimento urbano. Foram efetuadas algumas reformas urbana como calçamentos, aterros, canalização de chafarizes, iluminação pública, entre outros (SEGAWA, 1996).

Essa fundação representa em um primeiro traço de valorização, buscando a melhoria dos espaços públicos e o princípio do tratamento paisagístico em áreas públicas do Brasil. O passeio público foi edificado em um local alagaciado (charco), com o desígnio de valorizar o espaço e estabelecer o lazer urbano (SEGAWA, 1996).

O autor Marx (1980) relata que, no princípio, além de espaço destinado a lazer, os jardins públicos eram também locais de ensaio e pesquisas de plantas. Se destinavam nas bordas ruins para construções ou arruamentos. Esses espaços públicos foram edificados de acordo com a linha projetual Eclética, acompanhando as inspirações européias do jardim clássico francês.

Macedo e Sakata (2003) no fim do século VXIII, os jardins botânicos foram contemplados nos primeiros agrupamentos urbano, como nas cidades do Rio de Janeiro, Olinda, Belém, Ouro Preto e São Paulo. Estas zonas estavam localizadas à margem do núcleo urbano, os quais foram edificados inicialmente como centro de pesquisa da flora tropical, e derivando, desta forma, no país, um modo de divulgação da importância da arborização urbana.

Figura 01: Jardim Botânico no Rio de Janeiro.



Fonte: Ribeiro (2007).

Segawa (1996) dispõe que os jardins Botânicos se estabelecem como espaços de exposição do conhecimento da fauna e da flora. O jardim Botânico não pode ser visto como um local para deleitação, contemplação, mas sim um ambiente com desígnios científicos de coletar, ordenar, preservar e reproduzir espécies vegetais raras para o seu conceito fitogeográfico.

Figura 02: Jardim Botânico de São Paulo.



Fonte: São Paulo (2004).

Segawa (1996) ainda afirma que os jardins botânicos, são considerados espaços que:

[...] constituem uma tênue fronteira entre o público e o privado. Privado enquanto se trata de um recinto com finalidades científicas de prática reservada – o que sugere a expressão ‘semiprivada’ como mais adequada, porquanto ao se propor como espaço de divulgação do conhecimento da flora, esse recinto se abre para os interessados, é um espaço público (SEGAWA, 1996, p. 58).

Com o passar dos anos, esses espaços modificam sua função, tomando o papel de parque urbano e pesquisa. Tendo como exemplo o jardim botânico de São Paulo, direcionado para as práticas de lazer e contemplação (SEGAWA, 1996).

Segund Marx (1980) no ano de 1808, entra em vigência o aparecimento de um maior número e mais elaborados jardins privados. Estes fatores decorreram por conta da chegada da família real portuguesa ao Brasil, da independência e mais tarde, com a riqueza.

Marx retrata as características desses jardins como:

[...] o jardim particular vai ganhar nova importância na vida e novo lugar no lote. E, muito especialmente, com as novas ideias vindas da Europa. A casa tradicional urbana brasileira, erguida ao longo da testada do terreno, ou do alinhamento da rua, colada às suas vizinhas, abrindo-se para a rua e para o quintal nos fundos, vai cedendo lugar a outro conceito de morar. Afasta-se primeiro de um dos lotes, permitindo uma entrada mais condigna,

bordejada por canteiros decorativos. Depois, isola-se de ambas as construções laterais, realçando linhas neoclássicas ou ecléticas, por entre palmeiras, frutíferas e canteiros. Em seguida, lentamente, liberta-se por completo dos limites do terreno, distanciando-se da rua. (MARX, 1980, p. 60).

A edificação dos palacetes, expandiram-se por todo Brasil como, São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador, Manaus, Belo Horizonte, Recife, Niterói e Petrópolis. Esses palacetes exibiam as riquezas e a relevância de seu proprietário, fazendo o uso de frondosos jardins, lagos e pequenos bosques (MACEDO, 1999).

Figura 03: Palacio Rio Negro – Petrópolis



Fonte: Kassow (2001).

Neste âmbito, os parques brasileiros foram elaborados com o desígnio de acolher as elites emergentes e se fundamentaram figuração urbana internacional, especialmente francesa e inglesa. Nessa mesma linha de raciocínio, com o objetivo de atender a elite, se dá como exemplo de construção, o Campo de Santana de 1873, na cidade do Rio de Janeiro. Este parque foi elaborado com influência dos franceses e ingleses, contém uma infraestrutura romântica, conta com a presença de extensos gramados, bosques, frondosas árvores e lagos muito buscados para a prática de lazer (MACEDO e SAKATA, 2003).



Figura 04: Parque Campo Santana – Rio de Janeiro.



Fonte: Globo (2001).

Como foi exibido anteriormente, na Europa, a maioria parte dos jardins particulares gravados em palacetes no Brasil, também se tornam parques. Os parques urbanos no Brasil, ao contrário dos europeus, não apareceram da necessidade social de espaços públicos para lazer da massa urbana, e sim para a elite (SEGAWA, 1996).

Os autores Macedo e Sakata (2003) expõem que:

Os vazios urbanos, imensas áreas de terra, geralmente várzeas de rios, que praticamente recortavam todas as cidades do país, foram, por mais de cem anos, os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais, do tipo praticado em praças ou parques. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 24).

No decorrer do século XIX e na metade do XX, o Brasil apresentava grande número de vazios urbanos, normalmente compostos por várzeas de rios, classificados neste período como espaços determinados ao lazer da população. Esses locais são predecessores às práticas de lazer em parques e praças que se desenvolveram na metade do século XX como uma necessidade social (MACEDO, 2003).

No Brasil, o desenvolvimento urbano foi abundante ao longo de todo o século XX, sendo que nos anos 1990, o maior número de indivíduos se instalavam em núcleos urbanos. Esse aumento da urbanização gerou um aumento na procura de espaços públicos das cidades para o lazer. Prontamente foram criados mais parques públicos, com o objetivo de tanto de atender os habitantes,



pelo valor estético, cultural e de lazer, quanto pela Constituição Ambiental e pela influência na paisagem de seu entorno (SEGAWA, 1996).

Os parques criados a partir de fragmentos de natureza e espaços de lazer são paradigmas para o descanso e entretenimento dos cidadãos. Como diz Serpa (2007) o parque deve efetuar todas as expectativas:

“[...] dar novamente coerência ao tecido urbano, transformar a imagem dos bairros do entorno, embelezar a cidade, oferecer lugares de entretenimento e diversão à população etc. Todos os interesses – sociais, urbanísticos, estéticos – se superpõem” (SERPA, 2007, p. 18).

Nesse ponto de vista, os parques urbanos excedem o aspecto físico, pois proporcionam questões distintas à sua presença, como por exemplo a valorização do solo, pelo contato com a natureza e o caráter de espaço de socialização. Nota-se, então, que o parque urbano se torna um antídoto para os males urbanos, porque é capaz de melhorar o clima, contrapondo-se à aridez provocada pelo excesso de construções urbanas que conseqüentemente diminuem a poluição do ar, mantém uma boa qualidade de biota local, dentre outros.

Desta maneira, com o objetivo de inserir nas cidades áreas verdes e parques urbanos, há a necessidade de um planejamento urbano harmônico. Com o excessivo e amplo processo de urbanização, os espaços urbanos foram sucessivamente divididos para atender à diligência das construções urbanas, excluindo-se áreas vazias e a presença da natureza, sendo elas as árvores, riachos e rios. Diversos desses espaços, tendo como exemplo, a água, que era adequada para banho, tornaram-se poluídos. Em conseqüência da escassez, da diminuição e poluição desses espaços sucedeu a falta de opções de lazer para a massa urbana, pois, na segunda metade do século XX, os parques urbanos resultam em uma necessidade social. Antes deles se dispersarem pela cidade, os indivíduos dispunham de dificuldade de acesso, devido a ocorrência de estarem localizados apenas em áreas centrais e em bairros da elite.



## 2.2 A IMPORTÂNCIA DOS PARQUES URBANOS

Os parques urbanos apontam inúmeras funções e cooperam para a sustentabilidade urbana. O local natural e agradável que esses espaços fornecem, disponibiliza a minimização dos problemas das cidades e traz benefícios para seus habitantes e usuários. Além disto, os parques urbanos solucionam os problemas ambientais urbanos, e também amenizam as tensões sociais, já que, possibilitam um espaço que gera uma proximidade do ser humano com a natureza. O primeiro benefício dos parques é a resistência à especulação imobiliária. No ano de 1858, Olmsted, executor do projeto do Central Park de Nova York, já articulava sobre a relevância de se ter delimitado uma ampla extensão de terra para o parque, expressando que: “a totalidade da ilha de Nova York seria, não fosse essa reserva, dentro de muitos anos, ocupada por edifícios e ruas pavimentadas” (KLIASS, 1993, p. 22).

O segundo benefício que os parques urbanos oferecem, são as qualidades estéticas dos parques, com ressalva para a relevância da vegetação. Os parques urbanos exercem funções atadas à satisfação sensorial e estética, como a diversificação da paisagem, o embelezamento da cidade e a amenização da aridez e da repetição dos prédios (GUZZO, 1999).

O terceiro benefício consiste na assistência das necessidades de lazer e de recreação. A rotina cansativa devida pela vida urbana pode ser amenizada através de atividades realizadas nos parques, como caminhadas, passeios e brincadeiras, além da possibilidade de convivência entre os moradores nas cidades nesses espaços. Esse benefício ligado ao lazer está também associado à função psicológica de aliviar o estresse. No entanto, as relações com respeito à saúde física e mental podem ser ainda mais profundas (MAGALHÃES; CRISPIM, 2003).

Roger S. Ulrich, publicou um experimento realizado no ano de 1984, o qual foi realizado com pacientes em recuperação pós-operatória, e atestou que a recuperação dos pacientes que estavam em aposentos com janelas voltadas para as árvores e vegetação, foi mais rápida do que os que tinham vista para ambientes artificiais. E em trabalhos posteriores, foi observado que a própria presença de vegetação traz benefícios psicológicos, fisiológicos, cognitivos e comportamentais (MAGALHÃES; CRISPIM, 2003).

### 3. METODOLOGIA

Certifica-se que os métodos científicos produzidos pelo ser humano, são formas mais seguras para compreender adequadamente os fenômenos e controlar o movimento das coisas que rodeias um fato (BARROS; LEHFELD, 2000).

Para a concepção dos elementos de verificação da pesquisa foi aplicada primeiramente a metodologia de uma pesquisa qualitativa, na interpretação de dados coletados (BARROS; LEHFELD, 2000).

Foram realizadas coletas de dados, logo foi trabalhada a documentação indireta, fundamentada em livros de autores relevantes sobre o tema abordado, pesquisa em meio eletrônico, apostilas, dentre outros. A pesquisa qualitativa é uma metodologia essencial utilizada na pesquisa exploratória.

O autor esclarece que:

[...] há várias razões para usar a pesquisa qualitativa. Nem sempre é possível, ou conveniente, utilizar métodos plenamente estruturado, ou conveniente, utilizar métodos plenamente estruturados ou formais para obter informações dos respondentes [...] (MALHOTRA 2006, p.156)

Os exploradores e pesquisadores elaboram pesquisas qualitativas para definir o problema ou desenvolver uma abordagem. Na produção da abordagem utiliza-se com regularidade a pesquisa qualitativa para gerar hipótese e identificar variáveis que devem ser incluídas na pesquisa.

#### **4. ANÁLISES E DISCUSSÕES**

Conforme exposto nos capítulos anteriores, pode-se afirmar que os parques urbanos são classificados como áreas com a presença de muito verde, os mesmos possuem uma extensão maior que os jardins e praças e desta maneira proporcionam para a população um lugar para lazer ecologicamente equilibrado.

Nesta mesma linha de raciocínio, os parques urbanos e as áreas verdes operam inúmeras funcionalidades e configurações nas cidades, onde, de modo direto, estão correlacionados às formas de gestão ambiental e modelos de crescimento dos núcleos urbanos. Desta forma os parques urbanos são importantes para uma boa qualidade de vida da população no conjunto das sociedades em progressiva urbanização.

Um dos principais objetivos dos parques urbanos identificados nos ambientes urbanos, é a preservação das áreas verdes, com o desígnio de conservar a diversidade biológica do local, fornecer à população locais de lazer, condicionar um bom índice de qualidade de vida e bem como de certa forma amenizar o estresse da rotina urbana.

A qualidade dos parques urbanos e das áreas verdes dependem muito do estado em que se encontram os mesmos, estes locais devem ser deleitantes, providos de infraestrutura, equipamentos e mobiliários urbanos adequados, sendo facilmente acessíveis a todos os usuários. Com isso, pode-se afirmar que o poder público é o responsável pelo planejamento de novos espaços destinados a lazer, conforto ambiental e recreação. Deve assegurar através das políticas públicas a qualidade destes locais, fornecendo-os um semblante mais atrativo ao uso da comunidade e desta forma proporcionar melhorias da sua qualidade de vida.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi afirmado ao longo da pesquisa, as áreas de preservação juntamente com os parques urbanos são elementos fundamentais que constituem o ambiente urbano, proporcionando de certa forma, um ecossistema ecologicamente equilibrado e uma melhor qualidade vida para população através da harmonia entre estes espaços e a civilização.

Busca-se também que a conscientização sobre a importância dos parques urbanos se popularize e continue progredindo com novas pesquisas, novos artigos, novas técnicas de trabalho,



para que além de garantir funcionamento social e ecológico, amplie a participação da sociedade e das entidades públicas nessa realização.

O presente artigo busca apresentar que um novo olhar de mundo está obtendo cada vez mais espaço entre as pessoas, através da Educação Ambiental, a qual possui a finalidade da melhoria da qualidade de vida no planeta. A Educação Ambiental busca a valorização da vida, a formação de um novo estilo de vida, sem consumismo excessivo, sem o desperdício de recursos e sem degradação ambiental.

## REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BENAKOUCHE, R. **Avaliação monetária do meio ambiente**. São Paulo: Makron Books, 1994.

BITENCOURT, Mayara. **Preservação ambiental como fator de desenvolvimento econômico: o ICMS ecológico em São Paulo**. Londrina, 2007.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 2 ed. Portugal: Almedina, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis : da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, 2004.

GUZZO, P. **Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Ribeirão Preto-SP**. 1999. 106f. Dissertação (Mestrado em Geociências). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1999.

GLOBO. **Nos jardins do Rio, Legado Francês**. <Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/nos-jardins-do-rio-legado-frances-12553992>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

JIN, C. Y. **Urban trees in Hong-Kong – benefits and constraints**. In: *Arboricultura Jornal*, v. 11, 1987.

KASSOW, I. **Palácio Rio Negro**. Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/palacio-rio-negro#prettyPhoto>>. Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

FRANCO, M.A.R. de . **Desenho Ambiental: Uma Introdução à Arquitetura da Paisagem com o Paradigma Ecológico**. - 3. Ed. - São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.

LIMA, A. M. L. P. et al. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos**. In: *Congresso Brasileiro e Arborização Urbana*. São



Luiz/MA. Anais... São Luiz: Imprensa EMATER/MA, 1994.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções.** *Ambiência - Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais.* 2002.

LUCCI, Elian Alabi. **Geografia e o homem no espaço global.** São Paulo: Saraiva, 1997.

KLIASS, Rosa Grena. **Os parques urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini, 1993.

MACEDO, Silvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil.** São Paulo: Gráfica Pancrom, 1999.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MAGALHÃES, L. M.; CRISPIM, A. A. **Vale a pena plantar e manter árvores e florestas na cidade ciência? Ciência Hoje.** 2003.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

RIBEIRO. **Depositphotos.** Disponível em: <<https://pt.depositphotos.com/11450940/stock-photo-parque-lage-jardim-botanico-rio.html>> . Acesso em: 21 de Setembro de 2017.

PAULO, S. **Jardim Botânico, Portal do Governo.** Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/parques-e-reservas-naturais/jardim-botanico/>>. Acesso em: 21 de Setembro de 2017.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SERPA. Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, L. J. M. **Parques urbanos: a natureza na cidade: uma análise da percepção dos atores urbanos. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentado).** UNB Centro de Desenvolvimento Sustentado, Brasília, 2003.

TRINDADE, A. V. Áreas verdes urbanas. In:  **cursos “A Cidade e o meio ambiente”.** Curitiba, Unilivre, 1995.

WARAT, L. A. **Por quem cantam as sereias.** Porto Alegre: Síntese, 2000.